

Atenção com indústria é legítima, mas instrumentos preocupam¹

O otimismo embala as previsões para a indústria em 2024, mesmo tendo apresentado queda na produção no início do ano. A expectativa de crescimento da indústria de transformação e do impacto positivo da queda dos juros na produção de bens cujas vendas dependem do crédito animam as projeções. Além disso, há as promessas dos programas de estímulos lançados pelo governo, como o Mover e a Nova Indústria Brasileira (NIB).

A produção industrial brasileira caiu 1,5% em janeiro e mais 0,3% em fevereiro, interrompendo sequência de cinco meses de crescimento, iniciada em agosto, informou o IBGE. A principal causa da queda da indústria foi o recuo do setor extrativo, que está devolvendo parte do que ganhou em 2023, ano em que avançou bastante. A atividade extrativa diminuiu 6,9% em janeiro e 0,9% em fevereiro, influenciando o recuo dos bens intermediários, de 2,7% e 1,2% em janeiro e fevereiro, respectivamente. Os produtos alimentícios também tiveram desempenho ruim, explicando em parte a queda dos bens de consumo semi e não duráveis, de 0,4% em janeiro, neutralizada pelo aumento de 0,4% de fevereiro.

Por outro lado, o setor de transformação, que compõe 85% do total da produção industrial, tem ficado estável. Também é motivo do otimismo o aumento de 9,3% da produção dos bens de capital em janeiro e de 1,8% em fevereiro; e dos bens de consumo duráveis de 1,5% e 3,6%, respectivamente. A produção de bens de capital está no azul pela primeira vez em quase dois anos.

Há a expectativa é de maior equilíbrio entre o setor extrativo e o de transformação do que em 2023, quando o primeiro cresceu 8% e o segundo caiu 1%. O setor extrativo deve se recuperar ao longo do ano dada a importância do petróleo bruto e dos minérios economia brasileiras. O FGV Ibre, que prevê crescimento de 2,6% da indústria neste ano, espera expansão de 3,8% da indústria extrativa e de 2,3% da de transformação.

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2024/04/09/atencao-com-industria-e-legitima-mas-instrumentos-preocupam.ghtml>

Acessado em 09.04.2024

O aumento da produção de veículos automotores, entre automóveis, caminhões e ônibus, que já foi de 6,5% em fevereiro sobre janeiro, é um dos pontos de estímulo da indústria em geral e da de bens de capital. Há previsão da expansão dos automóveis e principalmente dos ônibus e caminhões, cuja produção foi prejudicada no ano passado pela mudança de padrão de motores.

Na onda do programa Mover, o governo comemorou em fevereiro que os investimentos anunciados pelas montadoras já somavam cerca de R\$ 97 bilhões até 2032. Estimativas se aproximam de R\$ 105 bilhões nesta década, levando em conta projetos que estão em fase final e que tinham sido iniciados anteriormente (**Valor**, 7/3). Já a Anfavea fala mais de R\$ 117 bilhões, incluindo iniciativas da indústria de caminhões e ônibus e os programas de máquinas agrícolas. Finalmente, há a expectativa do NIB, pacote de R\$ 300 bilhões a serem disponibilizados até 2026. O BNDES, que vai administrar o plano de investimentos, entrará com a maior parte dos recursos, R\$ 250 bilhões para o apoio a projetos de “neointustrialização”.

Entre os projetos contemplados estão o desenvolvimento de motores elétricos para veículos, semicondutores para módulos de energia solar e a produção de hidrogênio a partir de biogás. Os recursos já liberados envolvem projetos voltados à inovação, produtividade, sustentabilidade e ampliação da capacidade exportadora, segundo informa o governo.

Essas iniciativas não são peculiaridade brasileira. Estudo divulgado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) no início do ano aborda a recente tendência de governos de turbinar a política industrial. O movimento ocorre inclusive em economias avançadas, que recorrem aos subsídios como o instrumento mais utilizado. Já as restrições às importações e exportações são recursos mais frequentes nas economias emergentes e em desenvolvimento.

Em 2023, o Observatório da Nova Política Industrial (NIPO) do FMI coletou em pesquisas na imprensa a existência de mais de 2,5 mil novas políticas industriais em todo o mundo. Nada menos do que quase três quartos delas afetam o comércio, geralmente limitando as importações, com impacto em pelo menos 22% do comércio global. As medidas visavam inicialmente o setor de produtos médicos, provavelmente pela experiência com as crises de abastecimento experimentadas durante a pandemia. Mas foi logo substituído pelo interesse por produtos de uso militar e civil e de tecnologia avançada, incluindo tecnologia de baixo carbono, semicondutores e seus insumos como minerais críticos.

Preocupação com a competitividade, mudança climática e cadeia de suprimentos confiáveis são justificáveis. Mas a experiência brasileira no passado indica que os instrumentos utilizados, como empréstimos com juros reduzidos, controle do comércio exterior, ampliação de investimentos federais, incentivos tributários e fundos especiais para estimular alguns setores, quase nunca deram bons resultados, e que é elevado o risco de impacto negativo nas contas públicas.